

CPI DE BARRAGEM: EXECUTIVOS DA VALE CONSEGUEM EVITAR ACAREAÇÃO



Para não participar de acareação, que seria realizada na última quinta-feira (11), na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa, que investiga o rompimento da barragem da mineradora em Brumadinho, na Grande Belo Horizonte, no dia 25 de janeiro, quatro executivos da Vale conseguiram habeas corpus na Justiça de Minas Gerais. Cinco meses e meio depois da tragédia, a Defesa Civil do Estado confirma a morte de 248 pessoas por causa da ruptura da estrutura. Outras 22 seguem desaparecidas. As buscas por corpos continuam na área atingida pela lama que vazou da estrutura.

A acareação seria feita entre os executivos Cristina Malheiros, Renzo Albieri Guimarães Carvalho, César Augusto Grandchamp e Artur Bastos Ribeiro, envolvidos com o monitoramento e segurança da barragem que se rompeu, e o funcionário da mineradora há 18 anos, Fernando Henrique Barbosa Coelho, que à época da tragédia era operador mecânico.

Barbosa Coelho, em depoimento anterior à CPI, afirmou que seu pai, Olavo Coelho, morador da região com profundo conhecimento sobre a barragem, teria sido chamado seis meses antes do rompimento pela empresa para dar opinião sobre a situação da represa. A resposta do pai aos representantes da Vale, segundo o operador mecânico, teria sido de que a barragem tinha vazamentos, com danos irreversíveis, e que poderia se romper. Olavo Coelho está entre as vítimas da tragédia.

A estrutura não apresentava sinais de que poderia ruir, segundo as afirmações que todos os executivos da mineradora beneficiados pelo habeas corpus deram à CPI.

No pedido de habeas corpus, a defesa dos executivos da Vale, Cristina Malheiros, Renzo Albieri Guimarães Carvalho e Artur Bastos Ribeiro, alegam, conforme consta no relatório da decisão, que: "Como testemunha ou investigado, os pacientes fazem jus a duas garantias constitucionais, a saber: o direito de permanecerem em silêncio e o direito de não se auto incriminarem. Diante disso, requerem o deferimento da liminar, com a expedição de salvo conduto, para que seja garantido aos pacientes o direito de não comparecerem à sessão".

Do grupo, três executivos têm um mesmo advogado, Marcelo Leonardo. Já Grandchamp tem Leonardo Salles como defensor, segundo a assessoria da relatoria da CPI. Com os habeas corpus, a sessão da CPI foi aberta e o funcionário da mineradora, Barbosa Coelho, apenas reafirmou o depoimento prestado anteriormente. Procurada pela reportagem, a Vale ainda não se manifestou.